

Ano 5 - Nº 27
janeiro 2005
Secção Pernambuco

Jornal da

OAB

PERNAMBUCO

Impresso
Especial

406500888-2/2002-DR/PE
OAB

CORREIOS



Pelo direito à história



justiça
igualdade
liberdade
vida
paz

fim da impunidade
basta de violência
não à guerra
chega de corrupção

Transparência

Sem embargo da firme convicção de que a população brasileira tem em relação às preocupações sociais do nosso presidente da República, preocupa-nos o fato de tecnocratas, lastreados não se sabe em quê, impingir vez por outro certa mácula na gestão Luiz Inácio Lula da Silva.

Com efeito, afóra o constante aumento da carga tributária, dificultando sobremaneira até mesmo o acúmulo de poupança interna pelos contribuintes, vêm-se nítidas tentativas de agressão à liberdade de expressão e ao acesso às informações.

Além da discussão ocorrida quando se tentou criar o Conselho de Jornalismo, deparamo-nos, à beira do período carnavalesco - no qual os excessos são mais comuns -, com a Portaria n.º 15 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União do último dia 27 de janeiro, dando conta de que, doravante, qualquer dado estrutural levantado pelo IBGE deverá ser encaminhado às autoridades brasileiras com no mínimo 48 horas de antecedência antes de sua divulgação oficial, pois, do contrário, qualquer vazamento de informação estará passivo de punição.

Diante da reação em cadeia ocorrida na sociedade, inclusive de servidores daquele instituto, apressou-se o ministro interino do Planejamento, Nelson Machado, em negar que o governo estivesse pretendendo manipular dados ou estabelecer qualquer

tipo de censura prévia à divulgação de indicadores conjunturais ou estruturais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A matéria, contudo, exige profunda reflexão dos governantes, em especial do presidente da República, devendo-se afastar questões menores como a polêmica gerada no fim do ano passado, quando o presidente contestou os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que indicou que a obesidade no Brasil é um problema maior do que a desnutrição.

A bem da verdade, preocupa-nos o motivo pelo qual o governo quer examinar previamente os dados do IBGE antes que sejam tornados públicos e ainda ameaçar de punição qualquer vazamento de informações. Até porque, consoante bem registrou Roberto Busato, presidente do Conselho Federal da OAB, "governo democrático é governo transparente".

Nesse toar, e ao mesmo tempo que reafirma sua firme convicção quanto às boas intenções do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ante os problemas do nosso Brasil, a Seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil espera que seja revogada a mal-sinada portaria, afastando-se o aparente viés autoritário daquele ato, que nos remete a tempos de profundas agressões à liberdade do povo brasileiro.

Fórum Permanente da Anistia em Pernambuco Pelo Direito à História



Objetivando esclarecer e mobilizar a sociedade pernambucana para a necessidade

histórica da abertura dos arquivos da ditadura militar de 1964 e da localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos, o Fórum Permanente da Anistia em Pernambuco e a OAB-PE formalizaram ação conjunta para o desenvolvimento de ações sobre o assunto.

Em 15/3/2005, no Recife (PE), no Auditório da OAB, será lançada a campanha intitulada PELO DIREITO À HISTÓRIA,

em data que lembra os 20 anos da extinção do período ditatorial, que vigorou no país a partir de 1º/4/1964. Convites serão dirigidos a várias personalidades de outros Estados, envolvidas com as lutas políticas e com os direitos humanos, objetivando consolidar a luta nacional pelo pleno exercício da cidadania.

No próximo dia 15/2/2005, haverá reunião preparatória do evento, na Escola Ruy Antunes - OAB-PE, na Rua do Imperador, 307, 1º andar.

Além da OAB-PE, participam da campanha a Associação Pernambucana de Anistiados Políticos (Apap), o Instituto

Solidarista de Estudos Políticos e Sociais (Seps), o Centro Cultural Manoel Lisboa (CCML), a ONG Mirim Brasil, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC), assim como sindicatos, partidos políticos, entidades estudantis, professores e estudantes secundaristas e universitários.

No lançamento da campanha, serão divulgados um manifesto ao povo pernambucano e um cartaz específico sobre o tema.

Coordenação do Fórum Permanente da Anistia em Pernambuco

Jornal da **OAB**

Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 Sto. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424.1012 Fax: (81) 3424.1012
Site: www.oabpe.org.br
E-mail: oabpe@oab-pe.com.br

Coordenador-geral: Ricardo do Nascimento
Correia de Carvalho
Colaboração: Conselheiro Estadual Gustavo Freire
Produção: Assessoria de Imprensa da OAB/PE
Via Mídia Comunicação e Imprensa

Jornalista responsável: Eliana Victório
DRT / MS 167
Textos: Ondine Bezerra, Valéria Victório
e Mirela Sá
Revisão: Laércio Lutibergue e Solange Lutibergue
(Companhia do Texto)
Estagiárias: Gabriela Ribeiro e Ana Cláudia Guerra
Fotos: Beto Dantas e José Feitosa
Projeto gráfico e diagramação: Sebastião Corrêa
Comercial: Irene Maria do Ó - Fone: 3224-7282
Impressão: CCS Gráfica e Editora
Tiragem: 17.500 exemplares

Caape

A Caixa de Assistência dos Advogados de Pernambuco (Caape) vem implantando um programa eficaz de atendimento às necessidades assistenciais e previdenciárias do advogado. Numa tentativa de abrir espaço para melhor servir a classe, a instituição ampliou os serviços e agora disponibiliza atendimento em clínica geral, cardiologia, pediatria e odontologia. O horário é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

A sede da Caape fica na Rua Sport Club do Recife, 280, Empresarial Albert Einstein, 9º andar, salas 901 a 910, Ilha do Leite, Recife. Mais informações pelos telefones 3223. 0902/2815/0993.

Posse dos Procuradores

A posse dos novos procuradores do Estado foi no Palácio do Campo das Princesas. Os procuradores foram aprovados em concurso público realizado no ano passado, com mais de seis mil candidatos inscritos.

Durante a solenidade, foi destacado o importante papel da atividade dos profissionais para sanar problemas relacionados à dívida ativa do Estado, pois a Procuradoria-Geral defende os interesses do Estado e, quanto mais a instituição for reforçada e modernizada, será importante para Pernambuco.

Na ocasião, o primeiro colocado no concurso, Leonardo Cavalcanti Moraes, discursou e fez juramento em nome dos colegas.

Leonardo Cavalcanti afirmou que não só como procuradores do Estado, mas também como cidadãos, caberá a eles zelar pela eficácia do princípio constitucional da moralidade administrativa. Ainda segundo Leonardo Cavalcanti, desde 1988, avanços foram engendrados na procuradoria para tornar concreto o princípio da moralidade, mas um longo percurso ainda precisa ser percorrido: "De fato, como sustentar a adequação moral de um Estado ainda bastante clientelista, em que as instituições públicas estabelecem estranhas relações de proximidade com determinados segmentos sociais? Refiro-me, em especial, à parca credibilidade de



que gozam os procedimentos licitatórios perante a comunidade. A moralidade administrativa passa pela supressão dos vícios que acometem tais certames, de modo a impedir favorecimentos pessoais, realizados em flagrante escárnio do interesse público".

Os novos procuradores ficarão lotados no Recife e nas demais regionais da Procuradoria-Geral do Estado, nos municípios de Caruaru, Arcoverde e Petrolina, além de Brasília-DF. Com a posse, o quadro de profissionais da Procuradoria-Geral do Estado aumenta em 50%.

Dos procuradores que foram aprovados, apenas 48 tomaram posse. Outros dois serão chamados, posteriormente, por ordem de classificação.



Veja a lista dos empossados:

- Adriana Gomes de Lima Magalhães
- Antiógenes Viana de Sena Júnior
- Antonio Henrique Franco Lopes
- Bruno Lemos Rodrigues
- Carlos Alberto Vieira de Carvalho Júnior
- Cristiany Gonçalves Sampaio Coelho
- Danielle Kelly de Lima
- Diana de Melo Costa Lima
- Donizete Aparecido Gomes de Oliveira
- Eduardo Braga Rocha
- Eduardo Luz Gonçalves
- Érika Gomes Lacet Cabral da Costa
- Ernani Varjal Médicis Pinto
- Fábio Vasconcelos Duarte
- Felipe Vilar de Albuquerque
- Fernanda Gonçalves Braga
- Fernando Antonio W. Cavalcanti Júnior
- Flávia Tavares Dantas
- Flávio Germano de Sena Teixeira
- Francisco Mário Medeiros Cunha Melo
- Gabriela Tavares Miranda Maciel
- Iane Andréa de Sá Ferreira
- Ivana Mafra Marinho
- Jorge Luiz Nogueira de Abreu
- Juliana Balbinot Lucian
- Kunibert Kolb Neto
- Leonardo Cavalcanti Moraes
- Leonardo Machado Dias Ramalho Luz
- Lia Sampaio Silva
- Lilian Elizabeth Cordeiro Tenório de Miranda
- Luciana Espíndola Azevedo
- Luciana Santos Pontes de Miranda
- Luiz Antonio Gouveia Ferreira
- Marcelo Casseb Continentino
- Marcos André Couto Santos
- Marcos Jatobá Lobo
- Maria Cecília Marques Cartaxo
- Mateus de Freitas Cavalcanti da Costa
- Paulo Rosenblatt
- Raquel Teixeira Lyra
- Renata Cristina Pinon de M. Zoby
- Renata dos Santos Diniz
- Renata Flávia Braga Chaves
- Renata Souza de Siqueira Campos
- Rodolfo F. Cavalcanti de Albuquerque
- Rosana C. Lowenstein de Araújo Feitosa
- Sabrina Pinheiro dos Praseres



Treinamento

Antes de assumirem, os procuradores empossados participaram de um treinamento para conhecer a instituição. Durante uma semana, foram-lhes apresentadas

a organização e as atribuições da Procuradoria-Geral do Estado, com discussão profunda sobre o papel do advogado público. Eles também participaram de palestras sobre a importância da PGE como órgão de representação e consultoria do Estado, na defesa do interesse público.

TRT tem nova presidência

Em solenidade realizada no dia 7 de janeiro, no Centro de Convenções da UFPE, a juíza Maria de Lourdes Araújo Cabral de Melo foi empossada no cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho, 6ª Região, substituindo o magistrado Fernando Cabral de Andrade. Também tomaram posse a nova vice-presidente, a juíza Josélia Moraes da Costa, e a corregedora Eneida Melo Correia de Araújo. A nova mesa diretora, que permanecerá à frente do Tribunal durante o biênio 2005/2006, é pela primeira vez na história do Tribunal do Trabalho composta exclusivamente por mulheres.

A cerimônia de posse foi concorrida, e a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco participou com direito a voz.

Durante o discurso, o presidente da OAB-PE, Júlio Oliveira, disse ser impossível não estar especialmente feliz com o fato de uma corte neste país ser dirigida por três pessoas do sexo feminino. "Sendo as mulheres motivo de comentários de mau gosto, é no nordestino Pernambuco, tido como machista, que a mais alta Corte Federal Regional do Trabalho passa a ser dirigida por três delas, constituindo-se lição e exemplo da magistratura do trabalho para todo o país. Não se trata, a meu ver, de fato excêntrico. Trata-se de fato inédito,



sobretudo em um Estado em que o Judiciário, até pouco tempo, não aceitava mulheres em seus quadros."

Oliveira disse que vê "a ampla possibilidade do desenvolvimento de uma ação conjunta, que poderá se iniciar com a realização de seminários de atualização e aperfeiçoamento". E falou do interesse de que a magistratura trabalhista participe das mudanças promovidas pela OAB. Também devemos juntar esforços para mudar o comportamento de todos os lidadores do Direito, fazendo valer o artigo de lei que dispõe não haver hierarquia entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público."

Em outro trecho do discurso, Júlio Oliveira disse ainda que, "num país em que as mudanças aguardadas encontram-se parcialmente frustradas, em que as medidas provisórias se multiplicam, é necessário que as cortes de Justiça desempenhem também seu papel político, cumprindo assim sua missão social".

Segundo o presidente da OAB-PE, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público têm e devem continuar a ter assento nesta e nas demais cortes de Justiça por aquilo que isso representa. "O critério de escolha de tais membros passa por efetiva mudança e tenho a certeza de que o critério de eleição fará com que no futuro todos reconheçam seu significado. Enfim, tenho a certeza, pela história de cada uma das empossadas, de que a sensibilidade feminina das dirigentes exercerá o poder com saber e sem arrogância", concluiu Júlio.



Posse do Conselho da Defensoria Pública

No dia 3 de janeiro, tomaram posse os primeiros integrantes do Conselho Superior de Defensoria Pública de Pernambuco para o biênio 2005/2007. Os defensores públicos Edmundo Antônio de Siqueira Campos e Elda Benvindo Caldas foram empossados numa cerimônia na sede da Defensoria do Estado.

A criação do conselho é prevista por lei estadual desde 1998, mas só agora está sendo efetivada. Uma das atribuições do Conselho Superior é brigar pela regulamentação e normatização da categoria.

A eleição para escolha do conselho foi realizada em dezembro, na sede da Defensoria Pública do Estado, que fica na Rua José de Alencar, Boa Vista.



PARTICIPE

Conferência Estadual dos Advogados

Agosto de 2005 - Recife

Informações na sede da OAB-PE

Seccional Pernambuco: há 73 anos servindo os advogados



Joaquim Ignacio de Almeida Amazonas
08.02.1932 a 31.02.1949
31.03.1951 a 08.06.1951



Pedro de Melo Cahú
31.03.1949 a 31.03.1951



Thomáz de Oliveira Lobo
08.06.1951 a 06.08.1952



Nilo Augusto Dornelas Câmara
06.08.1952 a 31.03.1953



José Cavalcanti Neves
31.03.1953 a 01.02.1971



Carlos Martins Moreira
vice-presidente em exercício
29.08.1963 a 08.11.1965



Joaquim Correia de Carvalho Júnior
01.02.1971 a 31.01.1975



Moacir Cesar Baracho
01.02.1975 a 31.01.1977



Octavio de Oliveira Lobo
01.02.1977 a 31.01.1979



Dorany de Sá Barreto Sampaio
01.02.1979 a 31.01.1983



Helio Mariano da Silva
01.02.1983 a 31.01.1985



Fernando de Vasconcellos Coelho
01.02.1985 a 31.01.1987



Paulo Marcelo Wanderley Raposo
16.05.1986 a 31.01.1989



Jorge da Costa Pinto Neves
01.02.1989 a 31.01.1995



Aluísio José de Vasconcelos Xavier
01.02.1995 a 31.12.2000



Ademair Rigueira Neto
01.01.2001 a 31.12.2003

Alvará de

Feijoada 29/01



Soltura:

dez anos de carnaval!



Baile de rua 03/02



O que fazer com as drogas?

Gilberto Marques
Advogado

O pranteado Evandro Lins e Silva, do alto de sua experiência jurídica de advogado do século, ministro do Supremo Tribunal Federal, consultor e procurador-geral da República, entre outros postos de relevância, trazia de lambuja o gáudio de ser macróbio.

Evandro defendia, clara e abertamente, o fim dos traficantes e do tráfico com a proposta simples, mas dizimatória, da liberação das drogas.

Na fundamentação da proposta, o advogado corria solto nas veredas do testemunho, que se propiciara pelo mundo afora, pela vida adentro. A lei seca e sua herança nefasta com espectro vigendo até hoje. A fortuna e o investimento maciço na repressão policial e no preparo técnico nos EUA sem resultado prático, objetivo, pontual. Lá o celeiro do maior conglomerado de usuários – viciados, improdutivos ou não, apesar do aparato estatal.

Não me rendi a Evandro; fui seduzido pela sinceridade, sabedoria e ciência de sua tese.

Enfim, a quem interessa, a quem serve, o que os bilhões de dólares que o tráfico movimenta não é virtual, engorda contas bancárias, carteiras e cofres. O poderio concreto, material e materializado corrompe de forma inexorável pessoas, instituições, negócios. A presença avassaladora do lucro, da mercadoria pecaminosa, dos efeitos eventuais e dos malefícios, sustenta o discurso moralista empedernido e termina por completar o marketing do empreendimento.

O livre-arbítrio defendido por São Tomás de Aquino suplantou a fatalidade do destino agostiniano. Aquino, de inspiração aristotélica, viu que a liberdade ensina e compromete. Não foi à toa que Bernard Shaw disse que “liberdade exige responsabilidade”.

Cícero, não o festejado orador romano, mas um garçom simpático e bonachão que acariciava a vida com sua alegria, que servia com gosto dando gosto a quem era servido, com seu jeito simples ensinava como amputar a angústia, como sepultar a tristeza, como fazer para espreitar a bonança que virá alguma hora: basta aguardar.

Pois bem, no dia de Natal, talvez por tanto ver a angústia alheia no seu mister, em vez de provar o sobejo da taça dos clientes de um champanhe qualquer, tomou bons goles de veneno. Para surpresa geral, feneceu. Pouco importa o que penou, ele assim o quis. Se ousasse, porém, fumar um rele cigarrinho de liamba brava, teria que recorrer ao crime, ao criminoso contumaz, ao tráfico, ao traficante.

Para obter a porção do veneno letal, bastou passear pelo comércio comum. Morrer é fácil, é verdade; nem precisa querer.

Por que tanto proibir, todavia? Como diria William Shakespeare: “To be or not to be! That is the question”. Entre os sonhos da vida, meu amigo garçom preferiu o sono da morte. “Mas, no sonho da morte, que sonhos terá?”, continua Shakespeare.

Diretas já

O Tribunal de Justiça de Pernambuco solicita preenchimento da vaga da advocacia para o Quinto Constitucional.

O edital de convocação das eleições diretas pela Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pernambuco vai ser publicado na segunda quinzena de fevereiro.

Participe: vote!

Residência Jurídica: forma de integração do profissional

Eduardo Sertório
Diretor Geral da Escola Ruy Antunes



A Escola **Ruy Antunes**, ao longo de seus nove anos de existência, vem aperfeiçoando sua atuação, interagindo com os membros da classe e a sociedade em geral, especialmente no que diz respeito ao aperfeiçoamento contínuo de seus integrantes.

Observando e considerando nossas próprias características e limitações, tenho como oportuno o lançamento de um curso de formação e aperfeiçoamento dirigido a estagiários e advogados, aberto aos demais interessados, curso este que podemos batizar de

residência jurídica, quer por sua forma quer por seu conteúdo.

A pesquisa feita pelo Conselho Federal - vide *A OAB vista pelos advogados*, OAB, 2.000 - indica o reclamo do advogado no que diz respeito à falta de visão prática do Direito. A grande preocupação das ESAs é poder participar da formação do futuro advogado e de seu aperfeiçoamento contínuo, atendendo-o em sua reivindicação. Este é o objetivo da **residência jurídica**.

Temos, há algum tempo, uma Escola voltada para os cursos de atualização, de caráter analítico-crítico, ao lado de outras atividades organizadas sob a forma de palestras, debates ou conferências.

É hora de darmos um passo à frente. A criação do *curso permanente de formação e aperfeiçoamento*, de caráter prático, que possibilite ao interessado não só desenvolver seu potencial profissional e consciência de cidadania, como também, uma visão multidisciplinar do Direito, constituindo-se numa verdadeira **residência jurídica**, é, na realidade, a realização de um grande sonho.

A concretização desse velho sonho, a denominada **residência jurídica**, além da colaboração pessoal de alguns colegas, só foi possível graças à participação da Secretaria de Assuntos Jurídicos da PCR que, além de ter contribuído ativamente da concepção de tal programa, está possibilitando a vivência dos interessados nas atividades desenvolvidas pela Assistência Judiciária.

Ao **residente jurídico**, em primeiro lugar, será oferecido um panorama geral do dia-a-dia das atividades de um escritório ou de uma repartição, acrescido da indispensável visão ética.

Em segundo lugar, inicialmente na área de direito de família, o **residente** participará de aulas específicas sobre casos concretos, vivenciando as atividades dos núcleos da Assistência Judiciária da PCR, agindo sempre sob a coordenação de um advogado e a supervisão de um professor.

Para a efetiva implantação deste projeto, indispensável será o apoio dos núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito, das conselheiras e conselheiros da OAB/PE, dos departamentos jurídicos dos Sindicatos, da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, sem prejuízo de demais colaboradores, no sentido de incrementar tal parceria, oferecendo a possibilidade da indispensável vivência aos interessados, formando e aperfeiçoando-os, contribuindo, de tal forma, com o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

O lançamento oficial da **RESIDÊNCIA JURÍDICA** será no dia 21 deste mês, às 9h, no auditório da PCR, durante o Seminário Advocacia Pública e Assistência Judiciária, que contará com a presença da jurista Fides Angélica Ommati, além da participação de Antonio Bento Neto, Carlos Magno Cisneiros, Edson de Albuquerque Maranhão, Evandro Magalhães, Gustavo Santos, Milton Neves e Juliana César. São todos convidados.

Programa

24/2: **Abertura** (14h) OAB - Carta a um Jovem Advogado
Joaquim Correia de Carvalho Jr

2/3 (5ª) - **Atendimento Coletivo**
Juliana César

9/3 (4ª) - **Mediação Familiar**
Socorro Albino

16/3 (4ª) - **Mediação Familiar**
Socorro Albino

31/3 (5ª) - **Ação de Alimentos**
Mozart Neves Filho

6/4 (4ª) - **Ação de Alimentos**
Mozart Neves Filho

9h-16/4 (sáb) **Seminário OAB Paternidade e Maternidade Responsáveis**
Luiz Schettini, Alexandre Assunção e Helena Ribeiro

20/4 (5ª) - **Investigação de Paternidade**
Antonio Mota

28/4 (5ª) - **Violência na Família**
Humberto Vasconcelos

5/5 (5ª) - **Tutela e Curatela**
Ivan Rocha

12/5 (5ª) - **Separação e Divórcio**
Antonio Motta

9h-14/5 (sáb) **Seminário Processo Civil OAB - Medidas Cautelares em Direito de Família**
Leonardo C. da Cunha

9h-20/5 (sáb) **Seminário Processo Civil OAB - Execução de Alimentos**
Djalma Galindo

23/5 (2ª) - **Guarda compartilhada**
Lúcia Cavalcanti

18h 30/5 (2ª) **Encerramento OAB - A Família em Gilberto Freyre**
Edson Nery da Fonseca

Anote aí: Cursos de Atualização em Março/05: Das 9 às 12h

Dias 10 e 11 (5ª e 6ª) - Juizado Especial Federal- Francisco de Barros e Silva Neto, juiz Federal.

Dia 12 (sáb.)- O papel do Ministério Público nos dias de hoje - Eleonora Luna, Subprocuradora Geral do Ministério Público Estadual.

Obs.: O curso de Marília Montenegro será realizado no segundo semestre.

O Ensino nas Faculdades de Direito: quebrando paradigmas no ensino jurídico

Vera Della Santa

Professora de Direito da Faculdade dos Guararapes

Determinados fatos como o resultado de exames e não preenchimento de vagas em concursos públicos, sinalizam que a formação e a informação do aluno das Faculdades de Direito recomendam a uma reflexão de quebras de paradigmas no ensino jurídico.

A idéia de paradigma implica numa teoria básica, uma matriz disciplinar e algumas aplicações exemplares, aceitas pelos cientistas que anulariam o esforço crítico de discussão de seus pressupostos e de suas possíveis alternativas substitutivas.

Há paradigmas decorrentes de um positivismo transcendente que postula que o direito positivo é como um direito natural inerente ao homem, razão pela qual a lei e a ordem passam a ser os valores naturais básicos que se deveria preservar; há paradigmas vinculados ao caráter normativista do positivismo de inspiração kelsiana, o qual desfez todas as indagações de natureza social, política e econômica. A consequência será a concepção da cultura jurídica como um depósito físico e imóvel de dogmas.

A manutenção de tais paradigmas se contraporia às seguintes indagações:

O aluno deve ser preparados com vistas a se tornar capaz de assumir uma postura crítica face gente ao direito positivo para adequá-lo à realidade sócio-econômica emergente.

Quais as novas responsabilidades e funções dos operadores do Direito numa sociedade em transformação?

A transformação justificaria a tecnologia do ensino jurídico numa perspectiva essencial muito dogmática? Como administrar a inclinação das novas gerações de politizar as funções profissionais?

A resposta às indagações estão "in fieri", mas em tudo que aqui foi expresso, há elementos fundamentais a serem questionados no processo de demarcação de quebra de paradigmas; destacam-se então:

- a visão de conhecimento, que deve superar posicionamentos de inquestionabilidade e fechamento, na busca da compreensão do processo reconstrução desse conhecimento pelos alunos.

- a consideração dos limites e possibilidades atuantes no processo: professor e aluno atuando como construtores da realidade em que se inserem e como tais, determinados, porém, e capazes de alterar rumos, conforme suas escolhas;

- o posicionamento necessário e essencial de parceria deliberada, consciente e contratual entre os pares do processo, professores entre si e professores e alunos na direção da superação da alienação, numa proposta da responsabilidade conjugada, de competência e ética no vize da profissionalidade e busca na universidade;

- a construção contínua da metodologia da dialética na criação do concreto pensado, em sínteses mais elaboradas, buscando a compreensão e domínio das ferramentas oferecidas pelas diferentes áreas do conhecimento para o enfrentamento da realidade circundante;

- a busca dos percursos dos conteúdos curriculares como temas,

em que relação contínuas de seus elementos essenciais possam ser efetivadas, em ações crescentes e de evolutiva complexidade, na construção dos cursos de graduação;

- a formação profissional contínua dos sujeitos envolvidos – professor e aluno – como princípio norteador, de modo a comportar ações de responsabilidade pessoal e institucional;

- a importância de processos colegiados na busca dessa formação continuada, na valorização do individual como parte de um coletivo que interage, de forma responsável e atuante.

Ressalta-se a importância de se tratar de um exercício a ser construído coletivamente pelos integrantes dos cursos superiores, na definição do Projeto Político-pedagógico institucional e no desenvolvimento do curso. Essa é uma possibilidade de superação da fragmentação curricular: pensar coletivamente o curso, seus fins e valores, as séries iniciais, intermediárias e finais do processo de formação do profissional, a lógica das disciplinas, como uma forma necessária de trabalhar os conteúdos com vistas aos objetivos, aos alunos reais e às condições institucionais existentes e a serem criadas.

A partir das definições do projeto Político-pedagógico, organizam-se os cursos com seus programas de aprendizagem. Mesmo que o modelo curricular ainda se encontre na forma tradicional, em grade ou coleção, é possível fazer avanços, planejando-se conjuntamente, por semestre ou ano letivo, as possíveis integrações disciplinares.

As referências sobre ensinar, o aprender, assim como os determinantes do método de pensamento, tornam-se objeto de estudo e análise da ação docente, individual e coletivamente. Discutindo-se os objetivos, organizam-se os conteúdos e a metodologia como as estratégias necessárias para o aluno apreender, apropriar-se ou "agarrar" as relações, leis e princípios essenciais dos programas.

O processo de mudança se efetivará nesse trabalho conjunto, na parceria dos professores entre si e com os alunos, numa nova aventura do ensinar e apreender.

Nisso está contido um desafio, numa aventura e um compromisso da conquista do conhecimento, com posicionamento de sedução e parceria, na direção de um fazer solidário. Por tudo isso, consideramos o surgimento de novos paradigmas como um desafio à uma ação docente, comprometida e quebrando os velho paradigmas.

Para finalizar, como Rubem Alves no seu livro "Fomos maus alunos", há uma referência do filósofo Leszek Kolakowski, chamado "O Sacerdote e o bufão", em que se desenvolve a idéia de que a sociedade é formada por dois tipos de pessoas: metaforicamente uns acreditam só nas regras. Outros são capazes de quebrá-las para que as coisas aconteçam.

No ensino jurídico, se entendido como transformador de realidade individual e social, é preciso que as coisas aconteçam, pela mudança.

OAB e dívida externa

Jonas Ferreira Lima
Advogado

Num plebiscito, 5.136.272 votantes optaram pela ruptura dos "entendimentos" financeiros entre o Brasil e o FMI. Do mesmo modo, pediram auditoria da dívida externa. Esse fato histórico ocorreu entre 2 e 7 de setembro de 2000. O auditor Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, serviu de palco para solene divulgação desse resultado. Depois do estrondoso entusiasmo da divulgação, o silêncio devorou a repercussão que era de esperar do acontecimento. O governo do presidente da Ford Foundation, o calabarista FHC, ignorou o assunto, o mesmo acontecendo com a mídia amestrada. O problema conflitava com os interesses dos EUA e de seus agentes nativos, os mesmos que forçaram o suicídio de Vargas e defenestraram Jango do poder. Qual o resultado disso? O obtuso estatuto colonialista. O pretexto era combater o comunismo no espaço regional da Guerra Fria; todavia, o propósito genuíno é o mesmo de hoje: facilitar vantagens espúrias ao capital internacional. No espaço de 40 anos, a dívida externa de 1 bilhão de dólares foi detonada para o patamar de 250 bilhões de dólares. Já pagamos de juros 500 bilhões de dólares e o débito se dobra cotidianamente. O que se arrecada é para pagar juros, mas a dívida não pára de crescer. FHC suspendeu os investimentos e financiamentos na área social por determinação do FMI, sob o caviloso motivo de eles integrarem o passivo, afetando o "superávit primário". Dinheiro só para "honrar" o pagamento dos juros! Recentemente, o então presidente do BNDES, Carlos Lessa, não se conteve e denunciou: o acordo com o FMI impede o crescimento do Brasil. E nem precisava proclamar. A marcha do caranguejo é a ordem unida da Nação. O fétido odor da penúria não é transmitido pela mídia. O que impressiona é o colorido da violência com a dinâmica de seu quadro brutal.

Uma vanguarda de homens ilustres constituída pelo governador Roberto Requião (PR), pelos economistas Carlos Lessa e Darc Costa (ex-presidente e ex-vice-presidente do BNDES), pelo físico José Walter Baltista Vidal e pelo brigadeiro Sérgio Ferolla (ministro do Superior Tribunal Militar) lançou manifesto solicitando alterações nos rumos da economia e, concomitantemente, iniciando uma campanha

de defesa e mobilização do interesse nacional. O documento foi divulgado na edição de 7 de janeiro de 2005 por alguns jornais do Sul.

Só a insensatez autoriza o raciocínio a se amparar no que caracteriza conflito com a lógica. Vivemos num espaço mental surrealista em formidável atrito com os fenômenos da rotina. O príncipe torneiro demitiu Carlos Lessa e passou manteiga na engrenagem do neoliberalismo petista de Meirelles/Palocci, o continuísmo entreguista. Não é sem fundamento a observação do filósofo José Ingenieros de que à proporção que a inteligência humana se amplia, inspirada na realidade, os ideais se adaptam à coerência, ao que é certo. Esse fenômeno inspirou o manifesto aqui aludido, exercendo, evidentemente, influência na Ordem dos Advogados do Brasil. O Conselho Federal da entidade, com base na alta responsabilidade jurídico-social de seus desígnios, resolveu entrar com ação no Supremo Tribunal Federal, através de seu presidente, Roberto Busato, para forçar o Congresso (sempre esparramado na volúpia de atividades motivadas por interesses freqüentemente ambíguos e pouco louváveis) a realizar auditoria da dívida externa, em cumprimento da regra insculpida no artigo 26 dos ADCTs da Constituição Federal. É imprescindível o exame analítico e pericial, com auxílio do Tribunal de Contas da União, dos atos e fatos geradores de um endividamento externo, de caráter cabalístico. Isso sem embargo da vigilância a ser exercida pela própria OAB e pelo Ministério Público Federal. O assunto é de magna importância. Envolve membros de vários governos e se esbarra com as forças ocultas das "intocáveis" multinacionais. A dívida externa já excede os US\$ 600 bilhões e a interna é calculada em US\$ 1 trilhão. Não custa haver cuidado especial, pois já temos experiências bastante chocantes das costumeiras "comissões de inquérito".

A dignidade da Nação, expressa no manifesto aqui mencionado e espelhada no gesto da OAB, apela para um nacionalismo que sirva de lastro à sua cultura e à afirmação da soberania, independentemente de preconceitos ideológicos e de pífios aglomerados, amorfos e amorais, apelidados de "partidos políticos".

PARTICIPE

XIX Conferência Nacional dos Advogados
25 a 30 de setembro de 2005 - Florianópolis/SC
Informações na sede da OAB-PE

RELAÇÃO DO CONSELHO OAB/PE TRIÊNIO 2004/2006

DIRETORIA

Presidente: Júlio Alcino de Oliveira Neto
Vice-Presidente: Ricardo do Nascimento Correia de Carvalho
Secretário-Geral: Taçano Domingues da Silva
Secretária-Geral Adjunta: Maria do Rosário de Fátima Vaz Rodrigues
Diretor-Tesoureiro: José Edmundo Barros de Lacerda

CONSELHO SECCIONAL

Adonias dos Santos Costa
Almira Nunes da Silva
Aluísio Pires Vidal de Vasconcelos Xavier
Anastácia de Alcântara Brito
Djalmar de Souza Farias
Edmundo Antônio de Siqueira Campos Barros
Eduardo Santana da Silva
Elaine Maranhão Barbosa
Erik Limongi Sial
Everardo Ribeiro Gueiros Filho
Francisco Edmundo Gonçalves Sertório Canto
Francisco José de Araújo Gonçalves
Olívia Maria Pontual de Moraes Oliveira
Gustavo Ferreira Santos
Gustavo Henrique de Brito Alves Freire
Gustavo Matos
Hélio Gungel Cavalcanti
Hélio Mariano da Silva Júnior
João Pinheiro Lima
José Alberto de Lima Filho
José Duarte Aguiar
José Martins de Melo
José Milton Monteiro de Figueiredo
José Nelson Vilela Barbosa Filho
Lucia Helena Pinheiro Lima
Márcio Luciano Silva de Lima
Marinaldo José Perazzo
Marly Reginaldo da Silva
Mércio Mário de Siqueira Barbosa
Nely Morais Pinheiro
Oswaldo Naves Vieira Júnior
Ottoniel Furtado Gueiros Neto
Paulo César Andrade Siqueira
Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Renato Santos Pinheiro Filho
Ricardo Pedrosa Soriano de Oliveira
Rodrigo Pellegrino de Azevedo
Sílvia Neves Baptista Filho
Virginia Augusta Pimentel Rodrigues
Waldomiro Santos Evangelista

MEMBROS HONORÁRIOS

José Cavalcanti Neves
Joaquim Correia de Carvalho Júnior
Océlio de Oliveira Lobo
Doramy de Sá Barreto Sampaio
Fernando de Vasconcelos Coelho
Paulo Marcelo Wanderley Raposo
Jorge da Costa Pinto Neves
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Ademar Rigueira Neto

CONSELHO FEDERAL

Ademar Rigueira Neto
Aluísio José de Vasconcelos Xavier
Cláudio Soares de Oliveira - Ferreira
Marcelo Antônio Brandão Lopes
Ulirajara Emanuel Tavares de Melo

CAAPE

Presidente: Ivânia Maria de Barros Melo dos Anjos Dias
Vice-Presidentes: Tadeu Sávio Sousa de Lima
Secretário-Geral: Ailton Coelho de Araujo Filho
Secretário-Geral Adjunto: Alexandre Gusmão Pinheiro de Araújo
Diretor-Tesoureiro: Hermes Bezerra de Brito

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA RUY DA COSTA ANTUNES

Diretor-Geral: Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Diretor-Secretário: Carlos Eduardo Fugliesi
Diretora-Cultural: Carine Delgado
Diretora de Comunicação: Inah Moury Fernandes
Diretor-Tesoureiro: Flares de Carvalho

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

Presidente: Hélio Mariano da Silva Júnior
Secretário-Geral: Djalmar de Souza Farias
Membro Julgador: Francisco José de Araújo Gonçalves
Membro Julgador: Pedro de Albuquerque Malheiros Neto
Membro Julgador: Sílvia Neves Baptista Filho

OAB-PE - Rua do Imperador Dom Pedro II, 235
CEP: 50.010-240 - Sto. Antônio - Recife - PE
Fone: (81) 3424-1012

RELAÇÃO DAS SUBSECCIONAIS

Afogados da Ingazeira (87) 3838-1190	Olinda
Presidente: Gilberto Costa (87) 9938-4140	Presidente: Clóvis Bastos (81) 9974-7676
Araripina (87) 3873-0457	Palmares (81) 3662-2180
Presidente: Éris Freire (87) 9995-2196	Presidente: Dora Melo (81) 91091781
Arcoverde (87) 3821-0457	Paulista (81) 3433-0825
Presidente: Augusto Teixeira (87) 9991-1974	Presidente: Angelita Moraes (81) 9977-2951
Barreiros (81) 3675-1251	Pesqueira (87) 3835-3011
Presidente: José Antônio de Araújo (81) 9980-1139	Presidente: Helder Valença (87) 9115-7435
Belo Jardim (81) 3726-2283	Petrolândia (87) 3851-1168
Presidente: Gilvandro Estrela (81) 9981-4980	Presidente: José Dantas (87) 9991-5266
Cabo de Santo Agostinho (81) 3524-1331 / 3521-9042	Petrolina (87) 3861-2400
Presidente: Geny Lyra (81) 8801-3125	Presidente: Wagner Mororó (87) 9998-1891
Carpina (81) 3621-0234	Salgueiro (87) 3871-0516
Presidente: Jorge Lapa (81) 9282-6034 // 99540502	Presidente: Péricles Rosa Soares (87) 9995-4321
Caruaru (81) 3721-0459	Santa Cruz do Capibaribe (81) 3731-4518
Presidente: Margarida Cardoso (81) 9981-1480	Presidente: Roberto Soares (81) 9915-6802
Garanhuns (87) 3761-1478	Serra Talhada (87) 3831-2333
Presidente: Luiz Jardim (87) 9968-3721	Presidente: Jânio Carvalho (87) 9991-1728
Goiana (81) 3626-0805	Surubim (81) 3634-1798 // 3634-4885
Presidente: Cândido Ferreira Lima (81) 9112-6130	Presidente: Carlúcia Lapenda (81) 9175-5807
Jaboatão dos Guararapes (81) 3461-9987	Timbaúba (81) 3631-0181
Presidente: Fernando Araújo (81) 9977-3028	Presidente: Josefa Fulgêncio (81) 9623-0496
Limoeiro (81) 3628-1002	Vitória de Santo Antão (81) 3526-5008
Presidente: Geraldo Guerra (81) 3628-1002	Presidente: Washington Amorim (81) 9971-4738

Horário do micro-ônibus

OAB/PE	10h	JUSTIÇA DO TRABALHO
JUSTIÇA DO TRABALHO	10h30	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR JUSTIÇA DO TRABALHO)	12h	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	12h30	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	13h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h	OAB/PE
OAB/PE	14h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	14h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	15h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h	OAB/PE
OAB/PE	16h30	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	16h50	JUSTIÇA FEDERAL
JUSTIÇA FEDERAL	17h40	FÓRUM DO RECIFE
FÓRUM DO RECIFE	18h	OAB/PE

Linha Norte (Recife/Olinda/Paulista)

OAB/PE	9:20h	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	9h40	JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA
JUSTIÇA DO TRABALHO/PAULISTA	10:10h	JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)
JUSTIÇA DO TRABALHO/OLINDA (JUIZADOS ESPECIAIS)	10h40	OAB/PE (CIRCULAR TRF)
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	12h	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	12h30	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	13h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	14h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	14h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	14h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	15h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	16h	OAB/PE
OAB/PE (CIRCULAR TRF)	16h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA	16h50	FÓRUM DE PAULISTA
FÓRUM DE PAULISTA	17h30	FÓRUM DE OLINDA
FÓRUM DE OLINDA (CIRCULAR TRF)	18h	OAB/PE